

Mercados abertos e partilha de tecnologias

Ruy Altenfelder Silva

O mundo vive um período de enormes mudanças, ambiente que já se manifestava por ocasião de nosso primeiro encontro, em São Paulo, em 1991. Já estávamos então atentos aos perigosos efeitos da corrida tecnológica e da divisão do mundo em blocos económicos, novas realidades tendentes a favorecer os países industrializados e aqueles em acelerado desenvolvimento. Também já se percebia o risco de os investimentos tomarem o caminho do leste europeu recém-democratizado, em detrimento da América Latina.

Mas, se é verdade que esse quadro já estava formado, factos ocorridos nos últimos dois anos introduziram elementos positivos no panorama geral. A fé nas soluções liberais para os problemas económicos e sociais é hoje partilhada, em nossos países, por um número de pessoas muito maior do que naquela época.

Na América Latina, generalizou-se a convicção de que o papel do Estado em nossas vidas deve ser reduzido. Melhor ainda, podem-se ver acções concretas sintonizadas com essa percepção, de que o ideal é uma máquina estatal enxuta e eficiente.

Esse novo estado de ânimo renova as perspectivas de um estreitamento dos laços entre a América Latina e o mundo. A sonhada parceria entre latino-americanos e europeus encontra hoje condições de se estabelecer em bases muito mais concretas.

Algo que de certo modo se esperava, e está acontecendo agora, é a revoada de capitais internacionais para o continente, em montantes muito superiores ao que se julgava possível há dois anos.

O meu país é, de certo modo, um caso particular nesse panorama que acabei de descrever. Os brasileiros demoraram um pouco mais para perceber os malefícios produzidos pelo paternalismo do Estado e por um nacionalismo algo anacrónico. Até porque foi cultivada durante décadas a crença de que nossos problemas poderiam ser resolvidos através da valorização dos produtos primários de exportação e exploração do potencial de nosso mercado interno.

Isso hoje mudou. No que diz respeito aos nossos parceiros europeus, a melhor consequência dessa nova mentalidade brasileira encontra-se na abertura do mercado brasileiro às importações. Não porque os europeus estejam interessados exclusivamente em vender para o Brasil, mas porque o gesto é indicativo do novo regime de liberdade que cerca as actividades económicas no Brasil.

No nascente mundo sem fronteiras que é o nosso, onde a crescente interdependência tem feito as economias nacionais se subordinarem tendencialmente a uma realidade supranacional, as fronteiras nacionais estão deixando de proteger empresários e governos ineficientes.

Mas esse mundo novo traz também consigo oportunidades. A disponibilidade de tecnologias, num quadro de trocas facilitadas entre as nações, ajudam a formar um clima favorável à cooperação tecnológica, que esperamos ver aproveitado pela Europa e América Latina.

O clima interno registado no Brasil é fracamente favorável ao entendimento.

A opinião pública brasileira, que durante décadas mostrou-se partidária da reserva de mercado para as empresas nacionais, até porque esse modelo surtia efeito e permitiu a industrialização acelerada do país, já entendeu que não dá para prosseguir com essa política. Os brasileiros já compreenderam o carácter de mão dupla das trocas internacionais. Nossa opinião pública já entendeu que nem sempre o mais fundamental é possuir a tecnologia. Às vezes o mais importante é saber usá-la, ainda que sua propriedade seja de terceiros. Nosso país tem claro que a melhor política nesse particular, está no equilíbrio entre desenvolvimento e assimilação das tecnologias. Só não se aceita mais as «caixas pretas», onde não há qualquer transferência do conhecimento envolvido para o adquirente do *know-how*.

Os detentores das tecnologias, porém, devem oferecer uma contrapartida.

É nesse momento, aliás, que se deve revelar o verdadeiro espírito da cooperação internacional, através da percepção de que não basta transferir tecnologias. É preciso também apoiar a geração de conhecimentos locais, por intermédio de pesquisas e desenvolvimento nas empresas e universidades das nações em desenvolvimento. E quando se conta os recursos de que dispõem países como o Brasil é que se vê como é importante a cooperação tecnológica. Nosso país não investe em pesquisa e desenvolvimento nem 0.6% do PIB. Pouco, perto dos 3% a 5% exibidos, por exemplo, pelas nações europeias. Porém, uma postura cooperativa, da parte de quem detém as tecnologias, é algo que se recomenda quando o prémio permite o acesso a mercados da dimensão, por exemplo, do brasileiro.

Dentro desse enfoque, empresas e governos dos países que são os maiores detentores de tecnologias só terão a ganhar passando da pura venda de tecnologia para a nova fase da cooperação tecnológica. Compreendendo essa mudança qualitativa nas relações internacionais, estarão fazendo justiça às nações em desenvolvimento, que na maioria já praticam uma política de portas abertas com o mundo e mostram-se dispostas à colaboração.

Nem mesmo a crise da dívida é mais um obstáculo ao entendimento. O novo patamar alcançado nas relações entre os países latino-americanos, entre eles o Brasil, e seus credores ajuda a sedimentar o caminho na direcção dessa postura cooperativa com a Europa no campo tecnológico.

De um lado temos, portanto, a necessidade de criarmos mecanismos de cooperação tecnológica, do outro, encontramos a possibilidade de fazê-lo. É suficiente que consigamos introduzir mais enfaticamente o conceito de parceria nos negócios, assim moldando as relações entre nossos países e a Europa.

Por parceria podemos entender, por exemplo, a extensão do conceito de divisão internacional do trabalho aos conhecimentos tecnológicos. Quer dizer, parte da tarefa de pesquisar e

desenvolver poderia ser transferida para os laboratórios das empresas e universidades latino-americanas, como parte de um acordo com a Europa.

O declínio do papel do Estado na América Latina, no contexto de uma onda liberal que favorece o livre trânsito das empresas europeias no continente, parece facilitar a tarefa. É que, com o recuo da regulamentação estatal, o diálogo será cada vez mais travado directamente entre empresários europeus e latino-americanos, que seguramente conseguirão estabelecer os fundamentos de uma nova ordem nas relações no campo tecnológico.

Os caminhos da cooperação são infindáveis. A FIES? vive muitas situações que confirmam isso. Como, por exemplo, a rede de informações tecnológicas a que os empresários brasileiros têm acesso através dos seus computadores.

América Latina e Europa demonstram partilhar uma visão coincidente em muitos aspectos essenciais. Dessa caminhada não estão ausentes obstáculos. São evidências disso a instabilidade política que ameaça retomar ao continente, e a cerrada oposição dos partidários das velhas concepções. Mas a persistência com que os países latino-americanos continuam aplicando a terapia liberal confirma, por outro lado, a firmeza das convicções dos que acreditam não haver melhor política do que deixar funcionar as leis do mercado.